

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO

LIÇÕES APRENDIDAS NAS PERIFERIAS URBANAS
SOBRE A POTENTE ARTICULAÇÃO ENTRE
ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGROECOLOGIA E
EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO

LIÇÕES APRENDIDAS NAS PERIFERIAS URBANAS SOBRE A POTENTE ARTICULAÇÃO ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Relatório de pesquisa (versão resumida)

Coordenação da pesquisa: Marcelo Gomes Justo

Realização da pesquisa: Beatriz Schwenck

Autores: Beatriz Schwenck e Marcelo Gomes Justo

Revisão: Helena Singer

Diagramação e editoração: Beatriz Schwenck e Jessica Silveira

Instituto Paul Singer

Diretor-executivo - Marcelo Gomes Justo

Pesquisadora-educadora - Beatriz Schwenck

Assistente administrativa - Jéssica Mariana da Silva Santos

Equipe de articuladores - Alcielle dos Santos; Aline Mendonça dos Santos; Egeu Gomez Esteves; Fábio

José Bechara Sanchez; Iolanda Évora; Manoel Vital de Carvalho Filho; Marcos Barreto; Mariana Giroto;

Regilane Fernandes da Silva; Roberto Marinho Silva; Ronalda Barreto Silva; Valmor Schiochet; Vanessa

Moreira Sígolo

Fundação Tide Setubal

Diretora executiva - Mariana Neubern de Souza Almeida

Coordenadora do Programa Nova Economia e Desenvolvimento Territorial - Kenia Cardoso

Gerente de comunicação - Fernanda Nobre

ISBN: 978-65-985422-0-7

São Paulo, 2024

Registramos nosso agradecimento especial a todas as pessoas que compõem as organizações interlocutoras desta pesquisa, sobretudo àqueles e àquelas que participaram diretamente das oficinas e seminários de desenvolvimento solidário: Hermes de Souza, Valter Passarinho, Paulo Santiago, Vilma Martins, Adolfo Mendonça e toda a equipe da Agência NUAR, do Instituto NUA; Maria de Lourdes da Conceição Nascimento, Jamira Muniz, Sonia Dias e Carlos Eduardo Barbosa, da Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia; Rayanne de Medeiros Gonçalves, Maria Alice Monteiro, Julia Fernandes e Wallace Terra da Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro; Nelsa Nespolo e Neneide Lima, da Justa Trama. Coerentemente com nossa metodologia, a construção do conhecimento foi coletiva com estes interlocutores/as.

A FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A Fundação Tide Setubal é uma organização familiar de origem não-governamental que tem por objetivo o combate às desigualdades socioespaciais e o desenvolvimento das periferias urbanas, com foco no protagonismo dos sujeitos periféricos e de seu desenvolvimento autônomo.

Para atingir este objetivo, é necessário pensar rearranjos econômicos que sejam capazes priorizar a autonomia produtiva destes territórios e dos saberes de seus agentes. O programa de Nova Economia e Desenvolvimento Territorial volta um olhar cuidadoso para a lógica de funcionamento das cadeias globais de valor e para a forma como elas organizam a divisão do trabalho nas grandes metrópoles. Acreditamos ser possível desenvolver outra economia, fundamentada no potencial produtivo local, na qualidade do trabalho, na sustentabilidade e no investimento público direcionado.

O desenvolvimento solidário pode ser horizonte para uma nova realidade econômica a partir das periferias. A forma como se organiza a sociedade para a produção e reprodução material da vida precisa ser revista com urgência e a economia solidária nos oferece pistas para um futuro mais justo. Paul Singer dedicou sua carreira como economista para refletir e propor formas atualizadas de autogestão e que respondam aos desafios políticos, sociais e ambientais da vida contemporânea.

Esta pesquisa teve como objetivo o mapeamento das iniciativas Brasil afora que mantêm vivo o espírito da economia solidária. Paul Singer foi pioneiro ao sistematizar ideias que compõem a história do pensamento econômico, fazendo a mediação necessária para a economia territorial. Uma economia autogestionada tende a ser localizada. O Instituto Paul Singer é um parceiro importante para que possamos seguir adiante nas construções e propostas para uma economia justa no século XXI. A Fundação Tide parte do pressuposto que são nos territórios que as desigualdades socioeconômicas se escancaram, portanto, é a partir deles que as mudanças precisam ser articuladas.

Os territórios periféricos são ricos de inteligências, tecnologias sociais e econômicas que informam outra ética e episteme. Os povos negros e indígenas, que majoritariamente o compõem, são herdeiros da vida em comunidade, de uma relação de pertença com a terra e uma visão integrada com a natureza. Se a história do Brasil é resultado, em muitos momentos, do assalto a esse legado, a justiça só pode ser feita pelo resgate dos formatos de vida dos povos originários.

O sentido da escuta e do diálogo propostos pela Fundação Tide e pelo Instituto Paul Singer é captar o que há de mais atual e igualitário sendo pensado pelos sujeitos(as) periféricos(as). Acreditamos ser este o caminho. Não existem respostas prontas, mas há alguns pressupostos, como a justiça econômica e a igualdade racial, que orientam a busca.

Esta é a primeira etapa de um estudo que pretende partir do pensamento no campo da economia solidária para atualizá-lo e buscar outros nexos e sentidos em iniciativas concretas, em territórios únicos, mas sinérgicos em suas lutas e resistências. A produção econômica é por essência coletiva. Esperamos contribuir de alguma forma para que a reflexão em torno de um futuro digno encontre caminhos de concretização.

Kenia Cardoso

Coordenadora do Programa Nova Economia e Desenvolvimento Territorial
Fundação Tide Setubal

INTRODUÇÃO

Este texto reúne os resultados da pesquisa “Desenvolvimento territorial nas periferias das grandes cidades orientado pela economia solidária, agricultura urbana e educação transformadora”, realizada pelo Instituto Paul Singer com apoio da Fundação Tide Setubal entre os meses de setembro/2023 e julho/2024.

Nosso ponto de partida é a concepção de desenvolvimento solidário presente na obra de Paul Singer, que pode ser descrito como “um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”.

SINGER, Paul.
Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.
In: SINGER, Paul. Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022. Pg. 141.

A proposta do Instituto Paul Singer é aprofundar as reflexões a partir da sinergia entre economia solidária, agroecologia e educação transformadora, que consideramos ser o “tripé” do desenvolvimento solidário. Com Paul Singer e o seu legado ousamos pensar teoria e práticas de promoção do desenvolvimento que tenham como centralidade a cooperação, a valorização da diversidade, dos saberes e riquezas de cada território, que contribuam para a redução e a superação das desigualdades, para a criação de uma relação harmoniosa com a natureza e para a autorrealização das pessoas.

O objetivo da pesquisa foi investigar as organizações que atuam na promoção do desenvolvimento solidário dos territórios onde estão inseridas, buscando compreender de que maneira as dimensões da agroecologia, economia solidária e educação transformadora são mobilizadas na prática e o que a combinação dessas dimensões pode nos ensinar sobre processos de construção de concepções e práticas solidárias do desenvolvimento territorial.

Orientamo-nos pelos fundamentos da pesquisa-ação, que compreende o processo de construção de conhecimento como dimensão indissociável da ação orientada para a transformação da realidade. Na prática, isso significou adotar uma postura sensível às concepções e práticas dos(as) interlocutores(as), privilegiar espaços



de construção coletiva do conhecimento e contribuir para o fortalecimento das articulações entre as organizações. Acreditamos que essa postura é adequada a um esforço de pesquisa em periferias, que tem historicamente seus pontos de vista apagados em nome de um saber científico construído pela lógica hierárquica, similar àquela que cria concepções e ações de promoção do desenvolvimento que não reconhecem a agência dos sujeitos locais e os conhecimentos que têm sobre o próprio território de vida.

Como recorte empírico, adotamos um olhar privilegiado para periferias urbanas das regiões metropolitanas. Partimos do entendimento de que “as desigualdades socioespaciais são marcantes nas metrópoles brasileiras e, diante desse contexto, as ações da sociedade civil voltadas a contribuir com o desenvolvimento territorial, ampliar a capacidade de ação dos sujeitos e fortalecer as

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL.
Territórios de Direitos:
um guia para construir um
plano de bairro com base
na experiência do Jardim
Lapena. São Paulo: Fundação
Tide Setubal, 2019. Página 11.

políticas urbanas com vista ao atendimento das demandas da população adquirem ainda mais relevância”. Buscamos, assim, apontar caminhos para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento territorial solidário: uma concepção do desenvolvimento concebido e posto a serviço das pessoas, que tenha como centralidade a cooperação, os saberes e riquezas de cada território, que contribua para a redução e a superação das desigualdades sócio-espaciais.

Para a pesquisa empírica, foram contempladas as cinco regiões brasileiras. Entre dezembro/2023 e abril/2024 foram realizadas visitas nas seguintes cidades: São Paulo/SP, Brasília/DF, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Salvador/BA e Maricá/RJ. As quatro primeiras são capitais e concentram grande parte da população dos seus estados. Maricá, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi escolhida por acolher uma experiência marcante no âmbito das políticas públicas, sendo um campo de investigação voltado para o papel do Estado na promoção de ações de desenvolvimento local. Após as visitas, organizamos dois ciclos de debates (um virtual, que pode ser visto no canal do youtube do Instituto Paul Singer e um presencial, em São Paulo) sobre alguns “achados” da pesquisa tendo algumas das organizações visitadas como interlocutoras. Foram momentos em que pudemos tecer, junto às pessoas que atuam na prática, reflexões coletivas sobre o desenvolvimento solidário, e também teve como objetivo fortalecer as redes e conexões entre as organizações.

Este texto é a síntese de todo o processo. Ele está organizado em três partes. Na primeira parte, a proposta é apresentar um diagnóstico das organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário nas periferias urbanas a partir de 4 organizações. Na segunda parte, estão sistematizadas as lições que aprendemos sobre o desenvolvimento territorial solidário com essas organizações. Na terceira, trazemos algumas orientações para o desenvolvimento solidário pensando nas ações comunitárias, na relação com o Estado e com o investimento social privado.

Boa leitura!



CAPÍTULO 1

QUATRO CASOS DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO NO BRASIL

Como um primeiro esforço de compreender as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário, a primeira etapa da pesquisa consistiu em realizar um mapeamento de organizações e entidades que atuam com educação transformadora, economia solidária e agroecologia, ou com pelo menos duas dessas dimensões, por todo o Brasil. Foram mapeadas 78 iniciativas com atuação rural e urbana.

Mapeamento de organizações que promovem o desenvolvimento solidário no Brasil



Com esse mapeamento, foi possível perceber uma diversidade de atuações. As organizações dedicadas a promover o desenvolvimento solidário apresentam diferentes origens e formas de atuação, sendo possível categorizá-las em organizações de moradores(as) dos territórios, organizações de assessoria técnica, redes de produtores(as) e iniciativas oriundas do poder público.

O Banco de Experiências de Desenvolvimento Solidário foi uma etapa fundamental para selecionar as cidades e iniciativas visitadas. Assim, procuramos visitar os quatro tipos de organização que atuam nas diferentes regiões brasileiras. Visitamos 23 experiências, dentre elas quatro delas chamaram atenção pela articular potente entre economia solidária, agroecologia e educação transformadora.

Instituto Nova União da Arte - São Paulo/SP

Fundado no início dos anos 2000, o Instituto NUA atua nos bairros de União de Vila Nova e Jardim Lapenna, onde residem cerca de 60 mil habitantes, na zona leste de São Paulo/SP, região conhecida como “Jardim Pantanal”. Quando o NUA foi criado, o Jardim Pantanal era um lixão a céu aberto, território marcado pela falta de condições adequadas de moradia, pela fome e pela violência, além das enchentes recorrentes, que são realidade até hoje.

O NUA teve início como uma oficina de marcenaria voltada para jovens, idealizada por Hermes de Souza. Ao longo do tempo, as ações foram se multiplicando e hoje formam um complexo ecossistema que atende diretamente cerca de 600 famílias promovendo uma “pedagogia desenrolada” (com a Unidiversidade da Quebrada e seus Circuitos de Ensinaças; com a Escola debaixo da ponte; com práticas de educação integral extra escolar para crianças e atividades desenvolvidas nas escolas públicas do território), o fomento às finanças solidárias e ao empreendedorismo periférico (com a Escola de Desnegócio; o Instituto Cacimba; a organização de uma moeda social e fundos solidários), a incubação de iniciativas autogestionárias (projeto Flor de Cabruêra que atua no segmento têxtil usando matéria prima reciclada; agência-escola NUAR; projeto de geração de renda com mulheres idosas Colo de Vó) e agroecologia urbana (com a implantação de Sistemas Agroflorestais; feiras agroecológicas na favela; um viveiro-escola e o grupo de mulheres do GAU - Grupo de Agroecologia Urbana; além Cacimbrotta, um projeto de piscicultura aliada a hidroponia adaptada para pequenos espaços).

“Uma conspiração para o desenvolvimento”, é como Hermes descreve as ações do Instituto NUA: “a junção de cooperação com inspiração”. É isso que fornece as bases para o desenvolvimento do território. Unindo economia solidária, agroecologia e educação transformadora. A diversidade de saberes proporciona espaços de ensino-aprendizagem horizontais; a diversidade de espécies transforma a ecologia do bairro; a diversidade de talentos move o espírito empreendedor, periférico e cooperativo. A aposta na diversidade como grande riqueza local transforma a vida das pessoas e muda a paisagem da “quebrada”, regenerando as relações de confiança e promovendo o desenvolvimento solidário do território.



Justa Trama - Porto Alegre/RS

A Justa Trama é uma cooperativa de segundo grau, formada por cooperativas de produção de diferentes estados que atuam em todos os elos da indústria têxtil desde a produção agroecológica do algodão (CE e RN), passando pela fiação e tecelagem (MG), pela produção de botões e colares de sementes, bonecas dos retalhos (RO) e pela confecção, modelagem, corte e costura (RS). Fundada em 2005, fazem parte cerca de 600 cooperados/as das cinco regiões do Brasil.

Sua história começa em 1996, quando mulheres de Sarandi, bairro da periferia norte de Porto Alegre, se juntam para montar uma cooperativa de costura. Este bairro, onde residem cerca de 35 mil pessoas, sofria (e ainda sofre) com ausência de infraestrutura urbana adequada, como asfalto e saneamento básico, e é também marcado por importante histórico de mobilização popular e comunitária, organizada na luta por moradia e por infraestrutura.

Para além do trabalho de geração de renda e da preocupação com a integridade do sistema têxtil implementando estratégias agroecológicas, são ofertados no território do Sarandi cursos e atividades para moradores(as). Há também uma escola que funciona em formato de cooperativa, a Escola Popular de Educação Infantil Nova Geração, criada pelas mulheres da Univens para garantir o cuidado de seus filhos; e Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca, fundado em 2016 para integrar o ecossistema de iniciativas que atuam no território, responsável pela circulação da moeda social Justo.

Em abril de 2024, a cidade de Porto Alegre passou por um intenso processo de enchentes e alagamentos, e o bairro do Sarandi foi severamente afetado. Neste período, as sedes da Justa Trama e da Univens transformaram-se em pontos de articulação comunitária, arrecadando e distribuindo cestas básicas e marmitas, água potável, roupas, itens de limpeza e higiene, além do acolhimento das famílias do bairro e do protagonismo no diálogo com o poder público. Esta reorientação do trabalho confirma o potencial da população organizada, sob os princípios de cooperação e solidariedade, para o desenvolvimento territorial solidário, acolhendo a população e construindo horizontes coletivos de transformação local.



Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia Salvador/BA

A associação de moradores foi criada na década de 1980 junto com o conjunto habitacional de Santa Luzia, onde na época existia a maior favela de palafitas da América Latina. Foi formada por moradores(as), organiza estratégias coletivas para melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos da população do bairro Uruguai, localizado na península de Itapagipe, cidade baixa de Salvador. Hoje a península abriga uma população entre 150 e 180 mil habitantes, majoritariamente negra e feminina, segundo dados do Observatório do Racismo Ambiental. Esse território abriga 14 bairros, sendo o Uruguai o maior, com cerca de 35 mil habitantes.

Chama a atenção na história desta associação o protagonismo das mulheres negras. São conhecidas como “mulheres da laje”, lideranças comunitárias que constroem com as próprias mãos estratégias de resistência e um futuro melhor para a comunidade. Além da moradia, outra demanda era de cuidado com seus filhos e filhas, nas áreas de educação e saúde. Assim, em 1990, elas criam a Escola Comunitária Luiza Mahin, que junto com a Creche Comunitária Ruby, transformam os paradigmas da educação. A proposta político-pedagógica da escola incentiva o protagonismo das crianças, promovendo relações de solidariedade e cooperação e estimulando que as crianças desenvolvam o senso crítico em relação às desigualdades que vivenciam. Outro projeto da Associação de Moradores do conjunto de Santa Luzia é um Banco Comunitário fundado na década de 2000 desenvolvendo atividades voltadas para as pessoas que não têm acesso ao sistema bancário convencional, responsável pela circulação da moeda social Umoja. Há também sob coordenação da Associação a gestão do Espaço Cultural Alagados, uma biblioteca comunitária e o projeto Reprotai - Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe voltado para jovens.

O debate sobre o território feito na Associação se articula com a Rede CAMMPI (Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores da Península de Itapagipe), uma organização fundada em 1998 composta por diversas entidades e empreendimentos que constrói de forma coletiva e comunitária planos de desenvolvimento para o território.

O Observatório de Racismo Ambiental foi criado em 2021

com objetivo de analisar as condições de vida urbana e as desigualdades que cercam a população negra de Salvador.

Tem como objetivo realizar mapeamentos e divulgação de dados de forma a acompanhar o desenvolvimento do território e monitorar os impactos que o racismo ambiental produz nas comunidades da Península de Itapagipe.

Para saber mais, acesse: <https://cama.org.br/observatorio-o-analisa-racismo-ambiental-nos-14-bairros-da-peninsula-itapagipe-em-salvador/>

SALA NELSON MANDELA



Biblioteca Comunitária Clementina de Jesus

MULHERES MAHIN'S EM PROL DO BEM ESTAR DA COMUNIDADE



 AUCELIA RODRIGUES	 JAMIRA ALVES	 SELMA BONFIM	 TÂNIA
 VALNISA LAURINDO	 MARIA DE LOURDES	 MARILENE NASCIMENTO	 SÔNIA DIAS
 EU SOU ESCOLA	 EU SOU ESCOLA	Homenagem da sala Anastácia, Grupo 5A para as Mulheres da Laje	

DANDARA



ANASTÁCIA



BANCO COMUNITÁRIO SANTA LUZIA



ASSOCIAÇÃO DE BORDADORES DO CEARÁ - SANTA LUZIA

BRASIL

ITES

CAMP

ESPAÇO CULTURAL ALAGADOS

Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro Maricá/RJ

A Incubadora de Inovação Social Mumbuca Futuro é uma das quatro incubadoras que compõem o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), uma autarquia vinculada à prefeitura de Maricá. Tem sua origem em um projeto criado em 2018 por meio de uma parceria entre a Secretaria municipal de economia solidária e a Secretaria municipal de educação. Maricá é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro formado por quatro distritos, grande em extensão, onde habitam cerca de 200 mil habitantes.

O Mumbuca Futuro atua nas escolas públicas de Maricá, levando atividades de educação popular em economia solidária no contraturno escolar. Em 2024, está presente em 14 escolas do município, atingindo cerca de 2.500 estudantes, dos 30 mil matriculados na rede pública de ensino básico. O projeto realiza atividades com jovens do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, e entrega bolsas na moeda social Mumbuca para os estudantes participantes.

A moeda social mumbuca circula no município de Maricá vinculada ao Banco Comunitário Mumbuca, criado em 2013 também por iniciativa da prefeitura municipal.

A Incubadora Mumbuca Futuro também atua nos territórios, como forma de sensibilizar a população para a importância da economia solidária, com objetivo de aproximar as famílias e comunidades do projeto desenvolvido com a juventude. Além disso, realiza atividades culturais para divulgação da economia solidária, abertas a toda a população, e constroi parcerias com outros projetos da prefeitura, como a Secretaria da Mulher. Outro projeto da Incubadora é a construção da “Casa do Empreendedor Solidário”, para acolher empreendimentos econômicos solidários, cooperativas e associações.

A Incubadora Mumbuca Futuro é parte de um “ecossistema” de ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, da economia solidária e da agroecologia coordenados pela prefeitura de Maricá, financiado pelos royalties de extração do petróleo na região. Sua ação, neste sentido, é complementada pelas atividades coordenadas pelo Banco Mumbuca, a Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar), outras ações do ICTIM e programas vinculados às diversas secretarias municipais. Essa dimensão em especial ajuda a mostrar a importância das ações coordenadas na criação de arranjos de desenvolvimento.



Diagnóstico das organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário

Em comum, as iniciativas que promovem o desenvolvimento solidário atuam com ações voltadas para a transformação dos territórios e da vida das pessoas que neles moram, com objetivo de preservar e regenerar a natureza, construir modelos e circuitos econômicos locais centrados na cooperação e na solidariedade, valorizando os saberes e cultura locais, promovendo também as bases para a construção de uma educação voltada para o desenvolvimento integral e a emancipação da população periférica.

Nessas organizações, uma dimensão importante é a organização autogestionária. Isso quer dizer que há, entre as equipes e quando possível junto à comunidade de atuação, a intenção de criar espaços coletivos de participação e decisão sobre as estratégias de atuação comunitária e de transformação do território.

Chama a atenção o protagonismo das mulheres, em especial das mulheres negras. Não é à toa que as mulheres e pessoas negras estão à frente da promoção do desenvolvimento solidário em muitas das iniciativas. Na prática, na vida cotidiana, as questões de gênero e racial se traduzem em desigualdades concretas, que demandam ações diretas de enfrentamento e orientam a construção de um desenvolvimento voltado para a emancipação. Desafiar esse lugar e ousar construir outros futuros é um processo fundamentalmente coletivo. Aprendemos com essas organizações que para tratar de desenvolvimento territorial solidário, sobretudo de periferias urbanas, é importante uma abordagem interseccional que leve em conta gênero, raça e classe.

A responsabilidade das mulheres pelo cuidado com as comunidades pode representar, sem dúvidas, mais um fator de sobrecarga na grande soma de trabalho de cuidados que as mulheres são responsáveis decorrente dos sistemas capitalista e patriarcal de divisão sexual e racial do trabalho. Contudo, o que pudemos observar nas organizações visitadas foi uma dimensão coletiva do trabalho, a vinculação a grupos e movimentos sociais mais amplos e a incessante reivindicação junto ao Estado por políticas públicas que garantam a coletivização desse trabalho de cuidado.

Entre as práticas de autogestão dessas organizações, destacamos a realização de “mutirões” ou “ações diretas”, como a revitalização de praças ou a realização de campanhas de financiamento; a organização de comissões e grupos de trabalho; a realização de assembleias periódicas; a criação de conselhos gestores; a gestão compartilhada dos espaços físicos, lojas, feiras e pontos de comercialização; e a realização de atividades de troca de experiências e saberes

Como as organizações sustentam as suas ações?

investimento social privado

financiamento que vem de organizações da sociedade civil e empresas, nacionais ou internacionais. Algumas dessas organizações atuam diretamente na “animação” de ações de promoção ao desenvolvimento solidário nos territórios, ou então destinam recursos para outras organizações formada por moradores(as) locais, ações e entidades que atuam mobilizando as comunidades.

recursos públicos

editais, convênios, emendas parlamentares, e por meio do trabalho de extensão de universidades. Garante infraestrutura (compra de equipamentos e materiais) e remuneração de parte significativa das equipes. Destacam-se convênios em que as organizações da sociedade civil fazem a gestão de equipamentos da educação como Centros de Educação Infantil (CEIs) e Centros da Criança e do Adolescente (CCAs), atuando com o ensino regular ou com atividades de educação integral fora da escola, com autonomia para desenvolverem projetos políticos pedagógicos próprios.

soberania e autonomia financeira

entre as estratégias, destacam-se a criação de sistemas de finanças solidárias e a geração de renda a partir da comercialização de produtos e serviços dos próprios empreendimentos e organizações.



LIÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO

O território como lugar para gerar desenvolvimento

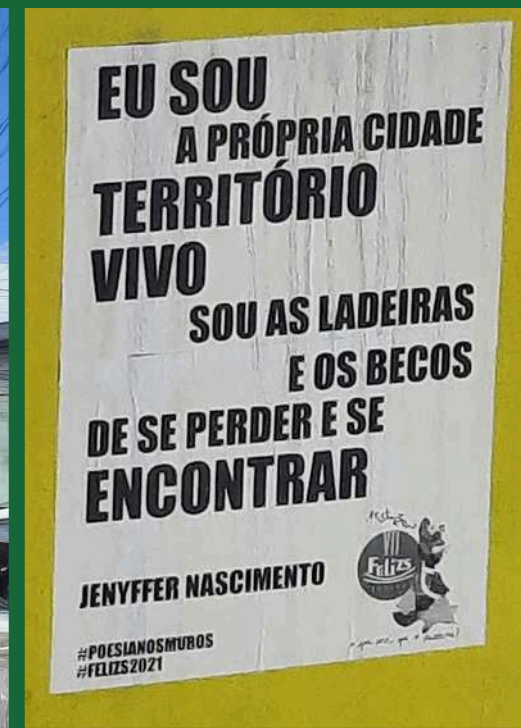
Enquanto unidade ativa do desenvolvimento, partimos da compreensão do território como uma realidade complexa que dispõe de recursos humanos, sociais, culturais e históricos específicos e não transferíveis. Se estamos falando sobre territórios periféricos, não podemos esquecer que o processo de construção das cidades produziu de maneira estrutural uma série de desigualdades, não apenas na dimensão material e de acesso à infraestrutura, assim como, na produção das **periferias urbanas**, se assentou em um processo de distanciamento e dissociação de saberes e identidades ancestrais (indígenas e africanas). Nosso olhar foca os territórios como **disputas de poder**, em como são configurados a partir do encontro e confrontam das as diferentes forças locais e externas.

Entre as diferentes organizações mapeadas, não há uma única forma de delimitar o que se entende por "território". Ele pode ser definido por características ambientais ou geográficas, por questões culturais e identitárias ou pode ser delimitado por regiões administrativas vinculadas ao poder público. Para pensar o desenvolvimento, o conceito de território permite o trânsito entre as múltiplas escalas (comunidade, bairro, município, região, país, globo), as múltiplas dimensões (econômica, social, cultural, educacional, de saúde..) e os múltiplos atores (sociedade civil, empresas, universidade, Estado).

CAZELLA, A. A.; CARRIÈRE, J. .
Abordagem introdutória ao
conceito de desenvolvimento
territorial. *Eisforia* (UFSC), v. 4, p.
23-47, 2006.



Heliópolis, São Paulo/SP



Bairro Uruguai, em Salvador (esq.) e poema colado em muro de Campo Limpo, São Paulo (dir.)

Uma **abordagem territorial do desenvolvimento** pressupõe a valorização dos recursos, saberes, particularidades culturais, políticas, ambientais, sociais e econômicas de cada território e reconhece a potência da ação dos atores e atrizes na tomada de decisão, negociação, implementação e coordenação de políticas de desenvolvimento que nele incidem.

Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma nova revanche.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Santos, Souza e Silveira (coord.) Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

É um processo reativo em relação às contradições de um modelo de desenvolvimento orientado por valores capitalistas e globalizantes. Atores e atrizes dos territórios se articulam para reorganizar a economia local face ao crescimento das concorrências e dos processos de massificação cultural na escala mundial, resgatar a cultura e a identidade ancestral, construir outras formas de se relacionar com as questões ambientais e climáticas, propondo outras epistemologias ao processo de conscientização e formação de sujeitos políticos, reivindicando uma série de formas contra-hegemônicas de ação política frente aos dilemas do desenvolvimento.

Estratégias de mobilização comunitária: romper as cercas e construir pontes

Como nos lembra Paul Singer, o desejo e a necessidade de melhoria dos membros da comunidade são condições fundamentais para transformar as relações de maneira sistêmica, seja na dimensão da economia, da educação ou socioambiental. Para as organizações mapeadas nesta pesquisa, fica claro como a ideia de desenvolvimento se pauta nas projeções para o futuro. Que território desejam para as próximas gerações? Quais são os **sonhos**? Quais transformações são necessárias para que essa realidade se concretize?

Uma concepção de desenvolvimento que parte de dentro da comunidade para transformar seu próprio território é baseada em relações de **pertencimento e identidade**. A **arte** e a **cultura**, como a música, a poesia, o rap, a dança, as expressões de cultura popular, dão vida ao território e denunciam desigualdades, o genocídio da juventude negra e a crítica à sociedade patriarcal, valorizam as identidades LGBTQ+. Essa cultura efervescente evidencia uma ampla diversidade e contraria uma visão hegemônica da periferia, que para além da posição geográfica, ganha conteúdo político, passando a ser uma afirmação de uma identidade forjada por sua condição histórico-social. A arte e a cultura são ferramentas de **resgate da história e ancestralidade** afro-brasileira, indígena, tradicional, e contribuem para a aproximação e engajamento das pessoas, principalmente da juventude.

É importante registrar que o cenário conservador e de redução das políticas sociais pelo qual o Brasil passou no último período [2016 a 2022] teve impacto importante na mobilização popular. Nas periferias urbanas, o tráfico, as milícias, as fake news e forças religiosas fundamentalistas são alguns elementos centrais nas disputas dos processos de politização e de mobilização popular. Nesse contexto, destacam-se as articulações da sociedade civil por meio das redes solidárias no processo de **politização** das pessoas, na construção ideológica de um projeto político contra-hegemônico de desenvolvimento e na criação de um senso de comunidade.

A mobilização de moradores(as) para debater questões do território demanda um espaço seguro onde se possa socializar e discutir os

ALMEIDA, Renato S.; NASCIMENTO, M. . Desafios para a cultura de periferia na cidade de São Paulo. In: D'ANDREA, Tiaraju Pablo. (Org.). Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas. 1ed.São Paulo: Dandara Editora, 2021, v. 1, p. 01-286.

dilemas e problemas locais e onde haja a possibilidade de engajamento pautado na possibilidade de **participação autônoma**. Para tanto, a aposta é na estruturação de espaços e relações orientados pela **autogestão**, num movimento de escuta ativa e diálogo horizontal que demanda quebrar muros e cercas e construir lugares seguros e de acolhimento.

As estratégias de articulação comunitária esbarram de maneira incontornável na missão de **regenerar as relações de confiança**, como nos ensina Hermes de Souza do Instituto NUA, de São Paulo/SP. Essa é uma tarefa comunitária e executada dia a dia e demanda o movimento de ir até onde as pessoas estão, onde já atuam e estão articuladas, propondo o debate e oferecendo uma escuta atenta e respeitosa. Como nos lembram as Mulheres da Laje, de Salvador, transformar o território e a vida das pessoas que nele vivem perpassa, antes de tudo, transformar a tessitura social por meio do afeto entre as pessoas e com o lugar. É uma dimensão subjetiva do engajamento político que não vem com dinheiro ou ações do poder público, mas sim da partilha entre as pessoas da própria comunidade.



Fortalecimento de práticas econômicas solidárias

Tratamos de práticas locais, comunitárias, ancoradas em vínculos afetivos, identitários, culturais e de vizinhança. As ações e práticas orientadas para fomentar a economia local também respondem à sustentabilidade das organizações que promovem o desenvolvimento solidário.



Moedas sociais: Umoja (Banco da Associação de Moradores do Conjunto de St. Luzia, Salvador), Mumbuca (Banco Mumbuca, Maricá) e Justo (Banco Justa Troca, Porto Alegre)

- circulação de **moedas sociais**
- organização de **fundos solidários** e **linhas de crédito** com base no aval solidário
- pontos fixos de **comercialização** de produtos locais, solidários e agroecológicos
- construção de **estratégias e logísticas para escoamento dos produtos**, seja por entrega/delivery ou com a organização de feiras
- organização de atividades de **turismo comunitário**
- produção de bens e serviços em formato de **cooperativa** e a articulação delas em cadeias produtivas
- implementação de espaços de trabalho compartilhado (*coworking*) e de **Centros Públicos** como espaços de encontro e apoio à empreendedores/as
- organização de redes e entidades de **representação comercial e jurídica** coletiva
- ações de **qualificação profissional** e formação para o trabalho
- **distribuição de cestas básicas**, kits de higiene e limpeza

São ações de economia solidária, a que entendemos como um conjunto de práticas que se desenvolve a partir da identidade e particularidade de cada território, formando um complexo de ações de geração de trabalho e renda orientadas pelo fazer coletivo, por questões socioambientais e que faz parte do processo de construção da autonomia, que é fundamentalmente coletiva, econômica e também política, das populações periféricas.

Nas experiências mapeadas, esse conjunto de práticas econômico-solidárias aparecem como resposta possível à reorganização do mundo do trabalho e a elas soma-se a importância de uma educação intencionada para a conscientização e politização da classe trabalhadora. Em muitos casos, a necessidade de renda, de acesso à terra/território ou a alimentos, são a porta de entrada para que as pessoas tenham contato com o projeto político de desenvolvimento solidário. A porta de entrada são questões econômicas, e o trabalho de base de adesão a um projeto político mais amplo é um processo de formação permanente, tanto para a transição agroecológica, quanto para a construção de um sistema econômico solidário. As contradições inerentes à sociedade, também constitutivas dos territórios e dos sujeitos que lá estão, são o ponto de partida para esse processo de “conscientização”.



Oficinas de costura sede dos grupos ASSGAGER, em Manaus (esq. superior), Flor de Cabruêra, em São Paulo (esq. inferiores) e Univens, em Porto Alegre (dir.)



Apresentação das peças de cerâmicas produzidas por mulheres idosas, do Projeto Colo de Vó, do Instituto NUA em São Paulo (esq.) e estação de serigrafia da cooperativa Univens, em Porto Alegre (dir.)

Quando pensamos em quem é o sujeito da economia solidária nesses territórios, nos deparamos com a necessidade de visibilizar e valorizar as diferenças e a **diversidade**, pois elas são constitutivas de práticas econômicas coletivas, locais e contra-hegemônicas. Para isso, é preciso olhar para essas práticas a partir de uma visão **substantiva** - que reconheça que a economia é mais do que a circulação de dinheiro, como também as práticas de distribuição, reciprocidade e autoconsumo - e interseccional - que dê conta de incorporar as dimensões de gênero, raça e etnia, sexualidade e geração.

O que pudemos aprender com as organizações mapeadas nesta pesquisa é que as ideias e conceitos estão em constante disputa. Essas organizações não se furtam ao debate sobre **empreendedorismo**, porém o fazem de maneira adjetivada: empreendedorismo periférico, coletivo, feminino, regenerativo etc. e orienta-se por valores como a solidariedade e a cooperação, e questiona a lógica individual, contribuindo para reflexões coletivas sobre a economia e o desenvolvimento dos territórios e das comunidades. O que distingue o desenvolvimento territorial solidário de uma lógica de promoção do empreendedorismo ou da responsabilidade social é sua dimensão coletiva, assentada no trabalho de resgate da cultura, ancestralidade e dos sonhos de quem vive e constrói, diariamente, os territórios de identidade.

O urgente debate socioambiental: um projeto coletivo e democrático de agroecologia urbana

Na construção de concepções e práticas de desenvolvimento ancoradas nos contextos territoriais e protagonizadas por sujeitos locais, o debate socioambiental é incontornável.

Uma primeira dimensão, são as lutas por reforma agrária e urbana. Esse debate diz respeito às **lutas por terra, terreno e território**, assim como a possibilidade de produção e acesso a alimentos, do combate à fome com alimentos saudáveis. A luta pelo território aparece também no debate sobre **racismo ambiental**. Outra dimensão desse debate é a questão do **impacto das mudanças climáticas** e dos modelos predatórios de urbanização e especulação imobiliária.

Compreendemos que as crises climáticas não são acontecimentos isolados, mas sim processos sistêmicos, fruto de um modelo de desenvolvimento que explora a natureza e que impõe a determinadas populações os impactos desiguais dessa exploração. Colocar a dimensão ambiental no centro do debate sobre desenvolvimento implica repensar o modelo econômico, a forma de acesso a alimentos, questões de saúde pública e também o papel das mulheres, que são as protagonistas no cuidado comunitário.

Outra questão significativa é a da **gestão dos resíduos**. Aprendemos com as organizações que a questão do descarte de lixo não é só ambiental, é também um debate sobre o território e sobre as pessoas que nele moram, sobre saúde coletiva e geração de renda. A necessidade de revegetar espaços degradados e de transformar a paisagem urbana soma-se às iniciativas de fortalecimento da organização sócio-comunitária e de fomento ao desenvolvimento local. Na favela, os espaços degradados, vazios, ociosos, são lugares onde a violência criminal e o tráfico de drogas se instalam. Nesses lugares, as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário buscam construir espaços educativos, de convivência, aprendizagem, sendo as hortas comunitárias o exemplo mais emblemático.

Quando falamos das populações que moram nas periferias urbanas, outro debate central é o da **segurança alimentar e nutricional** das famílias.

Para combater a insegurança alimentar e nutricional as organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário combinam uma série de ações: a doação e distribuição de cestas básicas e alimentos in natura; o oferecimento de refeições para o público beneficiário das atividades; a criação de circuitos e pontos fixos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, com objetivo de democratizar o acesso a alimentos; a implementação de hortas, cozinhas e restaurantes comunitários. As **hortas comunitárias**, para além da produção de alimentos (normalmente voltadas para o autoconsumo), são também usadas como ferramentas pedagógicas para promover o debate ambiental entre jovens, estimulando hábitos saudáveis e sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento humano e social das pessoas e do território.

Lembramos que durante a pandemia de covid-19, a situação de insegurança alimentar aumentou exponencialmente, e em 2022 mais de 33 milhões de pessoas no país estavam em situação de insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome. Para saber mais, acesse: <https://olheparaafome.com.br/>

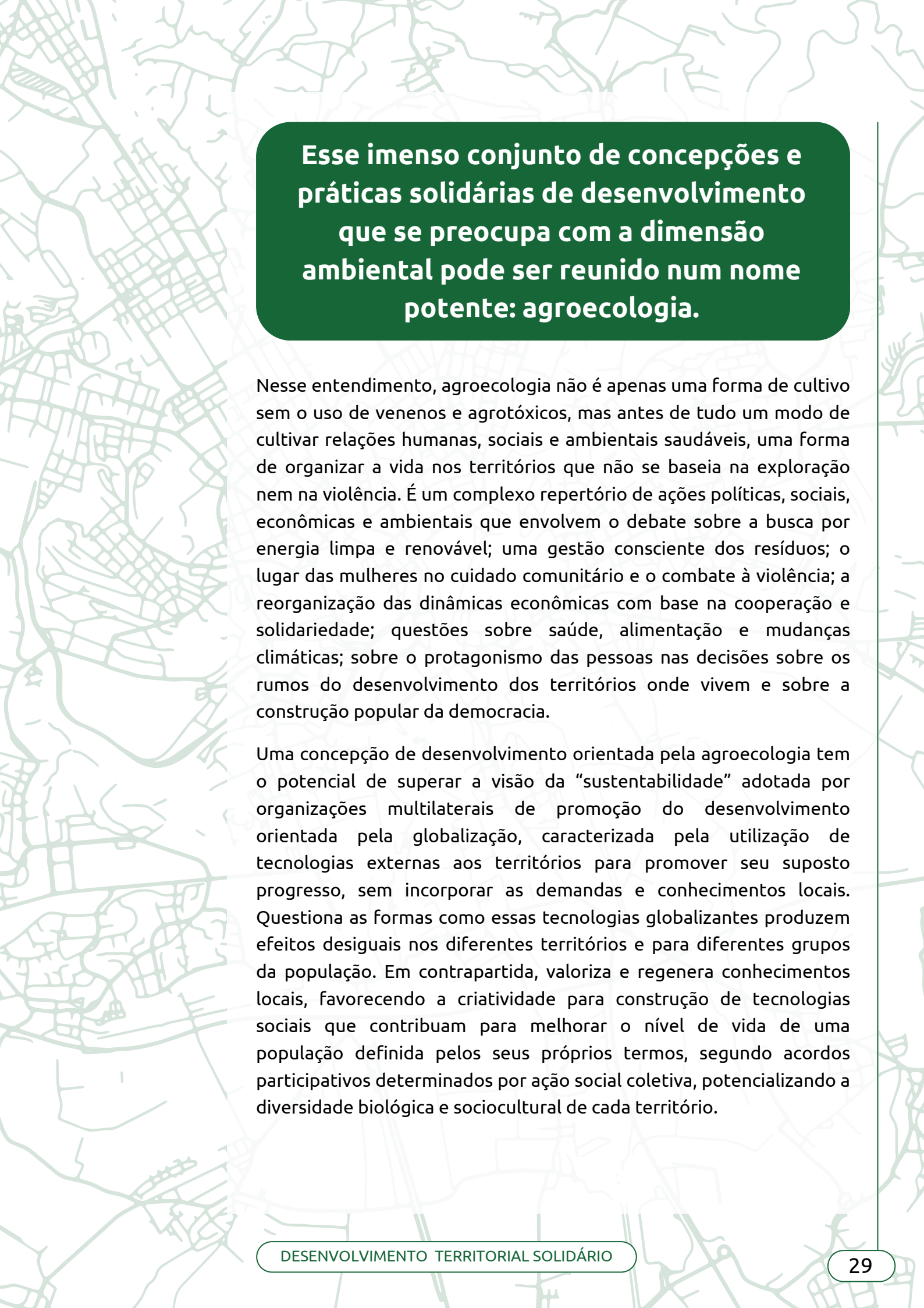


Hortas comunitárias do Grupo de Agricultura Urbana, em São Paulo/SP (esq. superior), do Morro da Cruz, em Porto Alegre/RS (esq. inferior) e do Morro Azul, em São Sebastião/DF (dir.)

O **cultivo de alimentos nas favelas** urbanas esbarra em questões estruturais, como a falta de saneamento básico, contaminação do solo e a falta de espaço. **Tecnologias sociais** como os canteiros suspensos, a captação de água de chuva e a criação de modelos de piscicultura para pequenos espaços são uma saída. A falta de contato com a natureza (sejam os roçados ou mesmo a arborização urbana) indica a necessidade urgente de um debate sobre a **especulação imobiliária** e os padrões de crescimento urbanos, bem como do resgate da memória ancestral e do contato com a natureza, que tem como pano de fundo questões relativas à identidade, cultura e saúde das comunidades.



Cacimbrotá: uma tecnologia de criação de tilápias combinada com cultivo de hortaliças em hidroponia e um sistema de energia solar, uma iniciativa do Instituto NUA, de São Paulo, para garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias do Jardim Lapena e União de Vila Nova.



Esse imenso conjunto de concepções e práticas solidárias de desenvolvimento que se preocupa com a dimensão ambiental pode ser reunido num nome potente: agroecologia.

Nesse entendimento, agroecologia não é apenas uma forma de cultivo sem o uso de venenos e agrotóxicos, mas antes de tudo um modo de cultivar relações humanas, sociais e ambientais saudáveis, uma forma de organizar a vida nos territórios que não se baseia na exploração nem na violência. É um complexo repertório de ações políticas, sociais, econômicas e ambientais que envolvem o debate sobre a busca por energia limpa e renovável; uma gestão consciente dos resíduos; o lugar das mulheres no cuidado comunitário e o combate à violência; a reorganização das dinâmicas econômicas com base na cooperação e solidariedade; questões sobre saúde, alimentação e mudanças climáticas; sobre o protagonismo das pessoas nas decisões sobre os rumos do desenvolvimento dos territórios onde vivem e sobre a construção popular da democracia.

Uma concepção de desenvolvimento orientada pela agroecologia tem o potencial de superar a visão da “sustentabilidade” adotada por organizações multilaterais de promoção do desenvolvimento orientada pela globalização, caracterizada pela utilização de tecnologias externas aos territórios para promover seu suposto progresso, sem incorporar as demandas e conhecimentos locais. Questiona as formas como essas tecnologias globalizantes produzem efeitos desiguais nos diferentes territórios e para diferentes grupos da população. Em contrapartida, valoriza e regenera conhecimentos locais, favorecendo a criatividade para construção de tecnologias sociais que contribuam para melhorar o nível de vida de uma população definida pelos seus próprios termos, segundo acordos participativos determinados por ação social coletiva, potencializando a diversidade biológica e sociocultural de cada território.

Uma educação que transforma: sujeitos e epistemologias periféricas

Quando falamos em economia solidária ou em agroecologia, um tema volta recorrentemente à discussão: a necessidade de uma formação integral e crítica, que estimula a conscientização da população para a transformação do meio onde vivem e que contribua com a apropriação dos debates sobre os rumos de desenvolvimento dos seus territórios. A criação de outras **epistemologias** e **metodologias** da educação aparece como dimensão incontornável da construção de um projeto coletivo, democrático e solidário do desenvolvimento territorial, não apenas como um caminho para construir outras relações econômicas e ambientais, mas como um fim em si: o desenvolvimento integral das pessoas.

Quando falamos em epistemologia, estamos falando sobre o que entendemos por “conhecimento” e qual o processo e os sujeitos protagonistas de sua construção. Já quando falamos de metodologia, estamos dizendo sobre os métodos, os caminhos e formas de organizar, propor e gerir esse processo de construção do conhecimento.

Como diria Paulo Freire (2008, 2022), contra a educação bancária, a transformação sistêmica demanda a construção de uma outra concepção de educação que parta das pessoas e das demandas do território e que preza pela **valorização dos saberes locais** e pelo engajamento comunitário. Para tanto, as organizações mostram como acontece na prática o complexo processo de “desaprendizagem”, como diria Hermes de Souza do Instituto NUA, de uma lógica individual e competitiva, apresentando em seu lugar o estímulo aos processos de trabalho coletivo e da responsabilidade social e ambiental.



Roda de conversa no curso Introdução ao Desenvolvimento Solidário, uma parceria do Instituto Paul Singer, Galpão ZL e o Instituto NUA, em São Paulo.

Nas diferentes organizações mapeadas, pudemos recolher uma série de ferramentas pedagógicas orientadas para o desenvolvimento dos territórios, que tem como principais referências Paulo Freire, a Juventude Operária Católica e as Redes Autogestionárias de Educação Popular em Economia Solidária:

- uso da **arte e cultura** sobretudo para diálogo com a juventude;
- práticas de **escuta ativa** e de avaliação contínua das atividades e metodologia junto aos educandos;
- ocupação de espaços públicos;
- organização de espaços de **vivência democrática**, participação e decisão coletiva;
- gestão, formação e diálogo de/com equipes dos **equipamentos escolares** na lógica de construir, incentivar e promover uma **educação contextualizada**.

Com essas experiências, aprendemos que os processos de **educação transformadora** acontecem em múltiplos lugares, como escolas municipais, creches, centros da criança e do adolescente, centros de formação para o trabalho, e também fora da escola, na luta, nos movimentos sociais e sindicais, nos movimentos da classe trabalhadora, nos espaços de produção e de articulação política. São todos espaços geridos pelas comunidades. Nessas redes e espaços de mobilização, todas as pessoas são potenciais educadores(as) e aprendizes. Uma educação transformadora orientada para a mudança da realidade se constrói a partir de um olhar sensível às potencialidades e vocações de cada território e tem como base as relações de respeito, afeto e pertencimento.

Destaca-se uma crítica profunda aos modelos escolares tradicionais e a denúncia das condições precárias em que encontram-se esses equipamentos, sobretudo nos bairros periféricos. Foi possível observar que nos territórios em que as comunidades se apropriam do espaço escolar e onde o currículo das escolas abordam a realidade dos seus territórios dentro de uma pedagogia voltada para o desenvolvimento, as crianças mudaram, as famílias mudaram e o território se transformou. Como aprendemos com a Incubadora Mumbuca Futuro, a **escola**, então, passa a ser um espaço de provocação constante para aprofundar os desafios do território, e ela se potencializa, como vemos na experiência da Escola Comunitária Luiza Mahin, de Salvador, ou da EMEF Campos Sales em São Paulo, quando é pensada a partir das elaborações da própria comunidade.



Projeto Jardim de Chuva, implementado na E.E. Marileine da Silva, em Salvador (esq.) e o projeto Mumbuca Futuro, atuante nas escolas públicas de Maricá (dir.)

Arranjos de desenvolvimento solidário: a importância da articulação em rede

Pensar caminhos para a promoção do desenvolvimento territorial solidário não é um processo apenas endógeno, interno, também demanda a construção de alianças políticas externas, de parcerias, e a mobilização de diferentes fontes de financiamento. A articulação em redes e o contato com outros atores, lideranças comunitárias, movimentos sociais e entidades inspiram e complexificam as concepções de desenvolvimento, à medida que localizam as demandas dos territórios em compreensões estruturais do sistema capitalista e que constroem **saídas coletivas articulando o local e o global**. A formação dessas redes ajuda a lançar luz ao caráter processual da elaboração e disseminação desse projeto político do desenvolvimento solidário, que envolve a conscientização e politização das desigualdades e a construção de caminhos inovadores para superá-las.

Foi possível mapear diferentes tipos de articulações:

- **Articulações internas** às organizações, múltiplos projetos dentro de uma mesma instituição que caminham com certa autonomia mas compõem um conjunto de ações, “complexos colaborativos” ou “ecossistemas de ações” de promoção do desenvolvimento.
- **Articulações tecidas no território** entre diferentes organizações e entidades que atuam de forma complementar, conferem complexidade às concepções e práticas de desenvolvimento territorial solidário.

- **Redes políticas** mais amplas organizadas a partir dos segmentos de atuação (redes de bancos comunitários, rede de ecoversidades, movimento de inovação na educação, etc), garantem uma unidade de ação entre diferentes territórios, fortalecem a visibilidade e a incidência na construção, execução e controle social de políticas públicas.
- Redes, cooperativas, cadeias e **arranjos de produção**, comercialização, distribuição e consumo, como as da Justa Trama, conectam as experiências territorializadas com processos econômicos e políticos mais abrangentes criando formas inovadoras de articulação do local com o global.
- Articulações estabelecidas com o **poder público**, podem significar o acesso ao financiamento e a possibilidade de inflexão em serviços, equipamentos e projetos com ampla cobertura populacional.
- Vinculação a **movimentos populares e sociais** (movimento negro, movimento feminista, luta por moradia, grupos de agricultura urbana) promove densidade às discussões expandindo a ação para além do local/território e também contribui com recursos humanos e materiais para a manutenção do trabalho das entidades.

Nas redes se articulam diferentes pontos de vista, saberes, isso garante processos mais densos de reflexão. Nessas redes circulam saberes, financiamento e alianças políticas, o que fortalece o grau das reivindicações e aprofunda a relação de pertencimento com o território. A articulação em rede e a circulação de pessoas contribuem para os processos de politização; para o angariamento de financiamento; acesso a matéria prima, tecnologias, equipamentos, mobiliário, terrenos e prédios; possibilitam troca de informações e experiências, acesso a oportunidades de formação; contribuem para a organização comercial e logística no caso de organizações orientadas para a produção ou oferta de serviços; conferem visibilidade às ações locais; fortalecem a incidência política; inspiram e orientam a construção de novas frentes de ação.

Ao promover a conexão e a troca de experiências entre as organizações, a proposta do Instituto Paul Singer com a realização desta pesquisa-ação também foi contribuir com o fortalecimento desses diferentes tipos de articulação.

É por reconhecer a importância das articulações e a forma como conferem densidade às concepções e práticas de desenvolvimento que acreditamos que, mais do que um olhar atento às organizações locais, devemos apostar nosso olhar teórico e prático nos arranjos de desenvolvimento solidário.

É na articulação dessas redes e arranjos que podemos observar de forma mais sistematizada a articulação entre as dimensões do “tripé” do desenvolvimento solidário, a economia solidária, a agroecologia e a educação transformadora, combinando atores e instituições que atuam de forma complementar e polissêmica que permitem abordar de forma complexa, densa e capilarizada ações locais articuladas com um debate mais amplo sobre o desenvolvimento.



CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOLIDÁRIO

Como vimos com a história e as lições deixadas pelas organizações que promovem o desenvolvimento territorial solidário, os arranjos de desenvolvimento, tecnologias sociais de fôlego e complexidade, são formados por múltiplas instituições, como as comunitárias, entidades de assessoria técnica, entidades privadas, religiosas e filantrópicas e o Estado. Nesta terceira parte, reunimos proposições e orientações, elaboradas junto às organizações interlocutoras da pesquisa, para a elaboração de políticas públicas e para direcionamento do investimento social privado, no sentido de potencializar as ações de desenvolvimento solidário que estão sendo colocadas em práticas nas periferias urbanas de todo o Brasil.

Ações nas comunidades

→ **Ocupar espaços públicos**, como praças, parques, escolas, centros comunitários e culturais, com atividades de sensibilização da comunidade e de divulgação das ações de desenvolvimento territorial solidário, apostando no uso da arte e da cultura;

→ Construir e fortalecer redes e **arranjos de desenvolvimento solidário**, integrando articulações já existentes e criando novas articulações, que podem ter o cunho territorial e/ou político.

- Redes e articulações entre organizações de diferentes territórios, com diferentes características, tempo de existência, níveis de formalidade, são espaços de sinergia para captação de recurso, pois permitem aprender pela troca de experiência e acumular uma gramática política que favorece não apenas o diálogo com o investimento social privado como também com o poder público.
- Alianças com outras organizações que atuam no mesmo território são uma forma de criar legitimidade e resistência, particularmente para ocupação e gestão de espaços públicos e/ou comunitários, sendo uma importante forma de preservar o trabalho comunitário frente às ofensivas do poder público nas trocas de gestão ou embates ideológicos.,

→ Criar **sistemas de indicadores** para o diagnóstico do território e monitoramento e avaliação das ações de transformação, que sejam capazes registrar a subjetividade das pessoas e as realidades locais, levando em conta a segurança alimentar, a ecologia e a biodiversidade; o desenvolvimento econômico solidário; a gestão comunitária; as práticas transformadoras na educação; a articulação com serviços públicos e o grau de influência em políticas públicas.

→ Desenvolver e fortalecer, de forma contínua e permanente, o trabalho junto às **escolas** dos territórios. As escolas públicas são os equipamentos por onde passam toda a população brasileira, e são um bom caminho para conexão e diálogo com as famílias, sendo um espaço chave para pensar o planejamento do futuro do território, provocando um impacto não apenas no local como também nos paradigmas da educação.

Reivindicações junto ao poder público

→ Frente à dificuldade de documentação das organizações comunitárias com questões administrativas, burocráticas e jurídicas, é importante que o poder público crie **formas inovadoras de solicitação e prestação de contas de recursos públicos**, de maneira adequada às realidades locais, que são diversas e muitas vezes encontram-se à margem dos grandes centros de produção de conhecimento e circulação de riquezas.

→ Fortalecimento de **convênios** e de outros instrumentos de repasse que garantam **autonomia** e **continuidade** das ações de referência na promoção do desenvolvimento solidário.

Os convênios que garantem o funcionamento das escolas comunitárias são um bom exemplo. Mostram que a destinação de recursos públicos para projetos comunitários de referência não é movimento equivalente à privatização do serviço público. As experiências visitadas nesta pesquisa mostram os potenciais do financiamento de projetos comunitários, nos quais o recurso é gerido de maneira coletiva, tendo como prioridade a comunidade e a oferta de serviços gratuitos e de qualidade para a população, contextualizados com a realidade, identidade e cultura local.

→ O debate sobre formas inovadoras de inscrição em editais e prestação de contas estende-se à **criação e validação de sistemas de indicadores alternativos**, que sejam compatíveis com as particularidades e com os impactos - que são processuais e também subjetivos - de promoção do desenvolvimento solidário.

→ Reivindica-se, por parte das organizações, que programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e a Renda Básica de Cidadania, sejam repassados em **moedas sociais**, atrelando a circulação de riquezas aos territórios.

→ Fortalecimento de ações de extensão vinculadas às **universidades**, que sejam construídas junto com a comunidade, pautadas no respeito à cultura e saberes locais e às concepções e práticas de desenvolvimento construídas pelos sujeitos que habitam os territórios.

Diálogo com o investimento social privado (ISP)

→ É importante que o ISP respeite a **autonomia** das organizações comunitárias, seja com a transferência direta de recursos, seja mediante cessão de uso de espaços físicos ou da prestação de assessoria técnica. Isso significa adotar posturas democráticas e horizontais de gestão e prestação de contas, evitando o estabelecimento de relações de tutela, controle ou clientelismo.

→ Às organizações que desejam apoiar o trabalho de desenvolvimento territorial solidário, é importante que se comprometam com a **criação de mecanismos de recebimento de demandas de financiamento e de avaliação do impacto que sejam sensíveis às particularidades de cada território e à realidade de cada organização comunitária**. Para isso, sugere-se criar, junto com organizações comunitárias de referência na promoção do desenvolvimento solidário, formas de interação, registro e monitoramento das ações que garantam a potencialização do trabalho comunitário com autonomia.

→ Privilegiar o fomento para organizações que promovem a articulação de áreas como **economia solidária, agroecologia e educação transformadora**, entre outros, porque potencializam o desenvolvimento territorial solidário.

Um bom caminho para fortalecer o desenvolvimento solidário dos territórios periféricos é contribuir com a troca de saberes e experiências, entre: diferentes organizações que atuam no mesmo território; organizações de diferentes territórios que atuam de maneira semelhante; entidades de diferentes naturezas.



Oficina sobre Desenvolvimento Solidário organizada como uma das etapas da pesquisa que deu origem à esta publicação. Estivemos juntos, em São Paulo/SP, em julho de 2024: Instituto Paul Singer, Instituto Nova União da Arte, Galpão ZL e Fundação Tide Setubal - de São Paulo; Associação de Moradores do Conjunto de Santa Luzia - de Salvador; Incubadora Mumbuca Futuro - de Maricá.